



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

_____. **Gramática do Português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Lexicon 2008.

CIPRO NETO, Pasquale. **Gramática da Língua Portuguesa.** São Paulo: Scipione, 1998.

MORFOLOGIA FLEXIONAL E DERIVACIONAL

Janaína de CASTRO¹³
Universidade Federal de Campina Grande
letrasjana@gmail.com

Maria Nazareth de LIMA ARRAIS¹⁴
Universidade Federal de Campina Grande
nazah_11@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar a distinção entre os processos morfológicos de flexão e de derivação na língua portuguesa, segundo as perspectivas de Câmara Jr. (1970) e de Rocha (1998). A literatura mattosiana mostra a flexão e a derivação como processos pontualmente distintos, descrevendo o primeiro caracterizado por uma pauta sistemática e o segundo por uma flexibilidade. O estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica especialmente na obra *Estrutura da Língua portuguesa* (1970) de Câmara Jr. e *Estruturas Morfológicas do Português* (1998) de Rocha. Este texto se estrutura em duas partes principais: a primeira versa sobre a Morfologia flexional e derivacional para Mattoso; e a

¹³ Graduanda do Curso de Letras-Língua Portuguesa.

¹⁴ Professora do Curso de Letras-Língua Portuguesa.



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

segunda as reflexões empreendidas por Rocha. Dessa discussão, observamos que Rocha reflete sobre as posições de Mattoso, questionando alguns de seus pressupostos.

Palavras-chave: Morfologia flexional. Morfologia derivacional. Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

A literatura mattosiana mostra a flexão e a derivação como processos pontualmente distintos, descrevendo o primeiro caracterizado por uma pauta sistemática e o segundo por uma flexibilidade. O processo da flexão caracteriza uma mudança na categoria gramatical da palavra, fazendo, através da junção de afixos, por exemplo, uma palavra transita do número singular para o plural. Mattoso (1970) explica que Varrão (116 a.C.-26 a.C.) utiliza o termo *naturalis* para informar que a frase precisa necessariamente flexionar para ficar coerente, ou seja, os vocábulos existentes, para combinarem uns com os outros, são obrigatoriamente flexionados, sendo assim, uma imposição da própria natureza da frase.

Esses processos vêm com uma dinamicidade que ampara as variadas formas de expressão na língua portuguesa e é um dos principais auxílios para o seu uso cotidiano. As palavras apresentam processos flexíveis, moldáveis e no seu ato de comunicar trazem um mundo infinito de opções, novidades, renascimentos e outros variados acontecimentos. É frequente a sua mudança, pois o homem desde que aprende a usar a língua, coloca-a em um estado de emprego efetivo e nômade, viajando em cada necessidade pedida para cada situação. Câmara Jr. (1970, p. 81) aponta que “O termo gramatical flexão é a tradução do alemão *Biegung* (flexão, curvatura), introduzido pelo velho filólogo Friedrich Schlegel (1772 – 1829), no seu livro clássico de 1808, *Sobre a língua e filosofia dos hindus*”.

Quando estamos nos comunicando, seja através da linguagem oral ou da linguagem escrita, precisamos adaptar as palavras para passar a mensagem da forma mais fiel possível. Nesse sentido, é que flexão e derivação carregam essa função de deixar clara a ideia que se quer passar para o receptor.

O objetivo deste trabalho é mostrar a distinção entre os processos morfológicos de



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

flexão e de derivação na língua portuguesa, segundo as perspectivas de Câmara Jr. (1970) e de Rocha (1998). Através de critérios, como concordância e regularidade, por exemplo, serão feitas reflexões sobre o que cada um dos linguistas citados aplica.

O estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica especialmente na obra *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970) de Câmara Jr. e *Estruturas Morfológicas do Português* (1998) de Rocha.

Trata-se de um trabalho de grande importância para o conhecimento e entendimento de tais mecanismos na aplicação formal e informal da comunicação de todos, na prática social e no comportamento linguístico próprio de cada indivíduo.

Este texto se estrutura em duas partes principais: a primeira versa sobre a Morfologia flexional e derivacional para Mattoso; e a segunda sobre as reflexões empreendidas por Rocha. Apresentar a importância dos processos de flexão e derivação na língua portuguesa se faz importante como forma de refletir sobre os usos da língua.

1. FLEXÃO E DERIVAÇÃO EM PORTUGUÊS

Para Câmara Jr. (1970), o ato de indicar o gênero, o número e o grau das palavras traz um apanhado de regras que dirão quando há flexão ou derivação nos nomes. Para os verbos, devem-se observar as regras nas desinências de tempo, modo, número e pessoa.

A regularidade, a concordância e a não opcionalidade são os critérios utilizados para o reconhecimento da flexão sob a abordagem estruturalista. O ato de ‘flectir’, expressão usada por Câmara Jr. (1970), indica que a flexão faz o vocábulo variar e expressar-se nas classes gramaticais. Nesse quadro estruturalista, existem regras pré-estabelecidas para que o indivíduo que estuda tal processo saiba a aplicação de cada flexão.

A derivação, por sua vez, faz de uma palavra surgir outra, na visão de Câmara Jr. (1970), mais livre. Em suas características, não se prendem, por exemplo, à natureza da frase. Nesse processo, os critérios que o definem são: irregularidade, não concordância e opcionalidade. Vejamos os critérios que definem flexão e derivação no quadro a seguir:



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

| FLEXÃO | DERIVAÇÃO |
|-------------------|------------------|
| Regularidade | Irregularidade |
| Concordância | Não concordância |
| Não opcionalidade | Opcionalidade |

A regularidade apresenta-se de forma sistemática na flexão das palavras. Na concordância, o morfema é exigido pela natureza da frase. Para a não opcionalidade, a única forma correta é flexionar, quando pedido. Na derivação, o comportamento já é contrário. Tem-se nos morfemas a presença da irregularidade, emergindo de forma assistemática. Para a natureza da frase não há exigência de concordância, e a opcionalidade é um critério utilizado de acordo com a vontade do falante.

Para Rocha (1998), o comportamento dessas novas formações de palavras é um processo acrescido de reflexões que definirão tais processos de modificação. São acrescentados os conceitos da escola linguística chomskyana que entende as formações das palavras no âmbito de uma propriedade humana, cujo falante tem sua competência linguística, logo, não sendo uma forma presa e imutável. Nas frases abaixo, pode-se, desde já, perceber a propriedade do falante:

Na sala de aula, o falatório foi ensurdecedor.

A cantoria dos alunos na sala de aula era ensurdecedora.

Percebe-se que os substantivos *falatório* e *cantoria* derivam dos verbos *falar* e *cantar*, respectivamente, porém, têm seus sufixos opcionais, ou seja, não é possível usar “falaria” para seguir um parâmetro como em “cantoria” e nem “cantatório” para “falatório”.

1.1.Flexão – Regularidade e Irregularidade

Câmara Jr. (1970) diz que, para haver flexão no número do substantivo, terá que ter regularidade. Essa afirmação está compatível com a de Rocha (1998), pois para indicar



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

pluralidade é existente a marca morfológica na palavra para flexionar, ou seja, indicar o plural. Os exemplos, *garoto*, flexionando para o plural, *garotos*; *celular*, no plural, *celulares*, claramente mostra tal regularidade citada.

Para o autor, o número de substantivos que não tem a marca morfológica é desprezível, por se tratar de tão pouca sua quantidade. São exemplos: *tórax*, no plural, *tórax*; *atlas*, no plural, *atlas*.

Para o gênero do substantivo, Câmara Jr. (1970) defende a regularidade na flexão, e Rocha (1998), através de seus estudos e pesquisas, mostra de maneira clara a irregularidade. Para o autor, a maioria dos substantivos é, na verdade, não sexuada, e o número de substantivos sexuados não passa de 4,5%, conforme se apresenta no gráfico abaixo.



Logo, na oração A *formiga preguiçosa dormiu*, vê-se que *formiga* é um substantivo não sexuada, e é seu determinante que indicará seu gênero. Acontecerá o mesmo em O *pijama está limpo*, pois fica claro que o determinante, o artigo *O*, classifica o gênero do



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

substantivo não sexuado, *pijama* que não pode ser designado corretamente caso venha com a marca morfológica *a*, pois seria incorreto *pijama*. Quando o substantivo é sexuado, a marca morfológica vem no próprio substantivo, como se constata no exemplo *Essa garota foi campeã* ou *Meu filho gosta de estudar*. Portanto, todo substantivo é masculino ou feminino, o gênero do substantivo é uma categoria sintática, e alguns poucos substantivos recebem uma marca morfológica.

Câmara Jr.(1970), em *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970, p. 82), escreve: “não há obrigatoriedade no emprego do adjetivo com esse sufixo de superlativo, ou grau intenso. É a rigor uma questão de estilo ou de preferência pessoal.” Para Rocha (1998), o grau no substantivo pode ter dois comportamentos: o regular e o irregular. Rocha (1998) aponta que o grau no diminutivo pode indicar tamanho, ou emoção, ou afetividade. No entanto, para o grau aumentativo, veremos que o uso tem característica irregular. Dessa forma, Rocha (1998) passa a considerar o grau não mais como aumentativo ou diminutivo, mas como avaliativo como se pode ver nos exemplos seguintes:

O baile estaria melhor se aquele povinho não estivesse lá.

Aquele casarão dava muito trabalho na faxina.

Em cada exemplo, existe uma forma diferente para a interpretação do grau. Nota-se que quando se diz *O baile estaria melhor se aquele povinho não estivesse lá*, há uma espécie de observação irônica, não se referindo a tamanho, quando no lugar do substantivo *povo*, usa-se *povinho*. Já quando se lê na frase *Aquele casarão*, logo se constata em *casarão*, uma casa grande, direcionando o sentido da palavra para o tamanho da casa. Então cabe nesta situação, perfeitamente, o critério avaliativo. Nesse sentido, somente após tal processo, é que se chegará à resposta se a flexão será referente a tamanho ou não. Esse processo mostra que o grau deixa de se classificar para Rocha (1998), como flexão ou derivação, para se classificar como híbrido.



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

1.2. Flexão – Concordância e Não concordância

Câmara Jr. (1970) escreve que a concordância pede que os morfemas lexicais sejam exigidos pela natureza da frase. Para o número do substantivo, é a natureza da frase que faz pluralizá-la ou não. Quando Rocha (1998) estuda esse fenômeno, ele diz que não apenas a natureza da frase, mas também a situação pode indicar o singular ou o plural e ser entendida e correta. Na frase *Lia não tem religiões, ela tem uma religião*, vemos que a palavra que está no plural, o substantivo *religiões*, está numa situação de concordância extralinguística. Logo a concordância não se restringe ao texto na sua forma, oferecendo aqui, o autor gerativista, um sentido mais amplo para usar a concordância. A natureza da frase pode sim, exigir o singular ou o plural, mas a concordância ideológica poderá tranquilamente ser usada também como critério. Temos como exemplos para o critério exigência na natureza da frase:

As formigas eram preguiçosas.

Diversas famílias estavam ameaçadas.

E para a marca ideológica:

Eu não ouvi notícias, eu ouvi uma notícia.

Meu filho não obteve aprovações, ele obteve a aprovação!

Quando se refere à concordância do gênero, Rocha (1998) utiliza o mesmo ponto de vista que foi usado quando foi abordado o número. A situação é também colocada como ponto de critério para informar o masculino ou feminino. Das duas maneiras, seja pela situação ou pela natureza da frase, o gênero será flexão. Na exigência da natureza da frase, têm-se como exemplos, as seguintes orações:

Esta professora esteve cansada.

A sua filha é uma menina muito querida.



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

Leões estão mais magros nesta temporada.

Quanto à marca ideológica:

O abacaxi estava estragado.

O quadro branco ficou sujo.

Percebe-se que nesses exemplos, tanto a situação guia o gênero, assim como a natureza da frase, ou seja, em *O abacaxi estava estragado*, o substantivo *abacaxi* sempre será masculino, e o determinante, o artigo, o acompanha no gênero, assim como também o adjetivo, no critério da exigência da frase, assim como em *A sua filha é uma menina muito querida*, a situação apontou o gênero que é feminino em *menina* e fez com que o restante da frase acompanhasse o gênero.

Quando se aborda o grau do substantivo, a concordância não tem ligação alguma com a natureza da frase. Caso Rocha (1998) optasse por usar os critérios de Câmara Jr.(1970) para definir como flexão ou derivação, aqui neste caso, o grau seria uma derivação. Pode-se ver pelos exemplos:

Não exigência pela natureza da frase:

Meu amorzinho, bom dia!

Minha filha chegou com um pacotão de salgados.

O aposentado recebeu um carinhosinho da criança na fila.

Em todos os exemplos, o grau avaliativo não tem ligação alguma com a natureza da frase. As formas graduais seguem em suas relações gramaticais, opções, modelos paradigmáticos e não sintagmáticos, como abordou Câmara Jr.(1970), em sua colocação para flexão.



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

1.3 Flexão – Opcionalidade e Não Opcionalidade

Quando Rocha (1998) trata a flexão no quesito opcionalidade ou não, ele defende a obrigatoriedade de o falante usar ou não determinada forma na palavra, da mesma forma que Câmara Jr. (1970). Para o número do substantivo, Rocha (1998) concorda com a abordagem de Câmara Jr. (1970), pois, para ambos, o número do substantivo é caracterizado pela não opcionalidade. Dessa maneira, a visão de ambos os autores aponta o fenômeno da flexão, não havendo questionamentos para este ponto. Vale ressaltar que a lista que prova tal fenômeno torna-se exaustiva, pois o número é marcado morfologicamente, salvo exceções em uma lista restrita e diminuta de palavras. Exemplos:

O celular estava quebrado. – Os celulares estavam quebrados.

A aluna chegou. – As alunas chegaram.

Da mesma maneira, o gênero não é uma questão de opcionalidade. Ele é obrigatório. Um substantivo é feminino ou masculino. Em raros casos, pode-se enxergar a questão da opcionalidade, conforme as palavras de Sandmann, como cita Rocha (1998):

Nos casos em que o gênero está relacionado com o sexo, o falante pode criar o par correspondente (soldada, musa), o que vem caracterizar a opcionalidade a que se refere SANDMANN. Trata-se, porém, de casos esporádicos. (1998, p.204).

O grau traz, na sua bagagem de critérios para este colocado, a opcionalidade, diferente do gênero e do número. Tanto na forma gradual que exhibe a ideia de tamanho, por exemplo, como na forma de afetividade. É uma opção de acordo com a vontade do falante, usar ou não esse fenômeno na palavra. Aplica-se essa opcionalidade tanto para o substantivo como para o adjetivo.

2 FLEXÃO VERBAL



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

Câmara Jr. (1970) e Rocha (1998), para a flexão verbal, apontam concordância, ou seja, afirmam que o verbo exige na sua flexão regularidade, sistematização, concordância e não opcionalidade.

É certamente uma constatação que se olha de forma óbvia ao conjugarmos os verbos. A exceção está apenas para os verbos anômalos os defectivos que não apresentam regularidade, mas vale ressaltar que nessas exceções, apenas a regularidade tem comportamento diferenciado. Vejamos o quadro a seguir:

| | ANÔMALO | DEFECTIVO |
|----------|-----------|--------------|
| Pronomes | Verbo SER | Verbo ABOLIR |
| EU | SOU | - |
| TU | ÉS | ABOLES |
| ELE | É | ABOLE |
| NÓS | SOMOS | ABOLIMOS |
| VÓS | SOIS | ABOLIS |
| ELES | SÃO | ABOLEM |

Ao conjugarmos um verbo no tempo presente do indicativo, será fácil enxergar a mesma terminologia para tal conjugação, o que se trata da regularidade. A concordância mostra a exigência dentro da frase, e a nãoopcionalidade informa a clara obrigação do verbo está no “local” do seu pronome. Vejamos os exemplos.

| Pronomes | Verbo ANDAR | Verbo ESTUDAR |
|----------|-------------|---------------|
| EU | ANDO | ESTUDO |
| TU | ANDAS | ESTUDAS |
| ELE | ANDA | ESTUDA |
| NÓS | ANDAMOS | ESTUDAMOS |
| VÓS | ANDAIS | ESTUDAIS |
| ELES | ANDAM | ESTUDAM |

Exemplo de exceção:

| Pronomes | Verbo POR |
|----------|-----------|
| EU | PONHO |
| TU | PÕES |



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

| | |
|------|--------|
| ELE | PÕE |
| NÓS | POMOS |
| VÓS | PONDES |
| ELES | POEM |

Neste estudo, tentou-se mostrar a distinção entre as Regras de Flexão e Derivação, sob a ótica do Estruturalismo e do Gerativismo, bem como conceituá-las (regularidade\irregularidade, concordância\nãoconcordância, opcionalidade\não opcionalidade).

Além disso, mostrar como incidem nas categorias do gênero, número e grau dos substantivos e pessoa, número, tempo e modo dos verbos. As informações seguintes sinalizadas expõem um quadro da presença e ausência de cada critério abordado no Gerativismo.

| FLEXÕES ----- CRITÉRIOS | NOMINAIS | | | VERBAIS | | | |
|-------------------------------|----------|--------|------|---------|--------|-------|------|
| | Número | Gênero | Grau | Pessoa | Número | Tempo | Modo |
| Regularidade | + | - | + | + | + | + | + |
| Concordância | + | + | - | + | + | + | + |
| Opcionalidade | - | - | + | - | - | - | - |

3. DERIVAÇÃO

Desde o início deste trabalho, foi esclarecido que o propósito fora a toda hora mostrar os critérios de flexão e derivação e as reflexões de Câmara Jr. (1970) e de Rocha (1998). Neste item, abordaremos a derivação que, para Câmara Jr. (1970), se comporta de



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

forma irregular, não exigida pela frase, ou seja, dentro da não concordância e opcional de acordo com a vontade do falante. Rocha (1998) afirma assim como Câmara Jr. (1970), a irregularidade na derivação. Nesse termo não há discussão. Também fica claro que não é a natureza da frase que diz como iremos derivar e formar uma nova palavra. Mais uma vez, para a opcionalidade, pode-se confirmar que é a vontade do falante que diz quando derivar, e não uma obrigatoriedade. Logo, nesse estudo constata-se que ambos os linguistas concordam os critérios aqui abordados no fenômeno da derivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudo empreendido neste artigo, verificamos que Câmara Jr. (1970) aplica a flexão e a derivação, nominal e verbal, como processos especificamente diferentes, discernindo, o primeiro por uma pauta sistemática e o segundo por uma flexibilidade. Dentro dessas proposituras, nos processos de flexão e de derivação, os critérios defendidos por Câmara Jr. (1970) foram: a concordância e a não opcionalidade para a flexão, e a irregularidade, a não concordância e a opcionalidade para a derivação.

Verificamos, por outro lado, que Rocha (1998) constata ao investigar os mecanismos morfológicos, que quando se trata de regularidade e irregularidade, a flexão é regular, para o número, concordando assim com Câmara (1970), que o gênero não é flexão, uma vez que a maioria dos substantivos é ou masculinos ou femininos, onde o que flexiona é o determinante e não a marca morfológica de gênero, na maioria dos vocábulos, já que é uma minoria o substantivo que vem com a sua marca morfológica.

Além disso, para o grau, Rocha (1998) descreve o processo como híbrido, ao invés de flexão ou derivação, uma vez que para entender e classificar, o grau dependerá de uma interpretação, ou seja, um comando avaliativo. Já para os morfemas que são flexionados pela concordância exigência da natureza da frase, os comportamentos pontuam-se dos seguintes modos: para o número do substantivo é considerado flexão, pois a concordância é exigida, e os casos os quais os vocábulos não se alteram são tão poucos que não devem ser



I Encontro Estadual de Monitoria do Alto Sertão Paraibano e o III Encontro de Monitoria do CFP/UFCG

A monitoria e a formação docente e profissional

considerados relevantes. Tratando-se de gênero, a palavra é masculina ou feminina, logo independe da frase, então se faz necessário, para Rocha (1998), uma avaliação da situação frasal, resultando então a exigência da concordância, e que o processo será sim, uma flexão, conforme Câmara (1970) escreveu.

Quando o objeto de trabalho é o grau, já não existe essa dependência com a frase, logo não considerando uma flexão, pois os modelos a seguir são os paradigmáticos, e não sintagmáticos. Para a não opcionalidade, o que se observa é, segundo Rocha (1998), quanto ao número, os linguistas chegam ao mesmo quociente, pois não depende da vontade do falante, e sim não é opcional flexionar ou não. Para o gênero, a flexão também é não opcional, pois não depende da vontade do falante o gênero do vocábulo. Para o grau, o quadro muda, afinal há opção para o falante, que escolhe utilizar a forma gradual ou não, independente da frase.

No que se refere à flexão verbal, o sistema é sistema fechado. Os linguistas estudados concordam com as mesmas características para flexionar. Câmara Jr (1970) e Rocha (1998) também estão de acordo quanto à derivação. Rocha (1998) amplia, estuda, analisa e dilata os campos de visão para os processos mencionados, o que faz o discente enxergar mais pontos de análises.

REFERÊNCIAS

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 15^a ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.